

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Ruim com ele...

O governo desistiu de tentar quebrar as pernas do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). O aviso do Planalto é que a conversa com o Republicanos, o PP e o União Brasil por ministérios será feita com lealdade ao deputado alagoano.

...pior sem ele

A avaliação do Planalto e de líderes de partidos mais à esquerda é de que não dá para isolar o presidente da Câmara. Se for por esse caminho, aí é que desanda tudo no Congresso.

Nada é para já

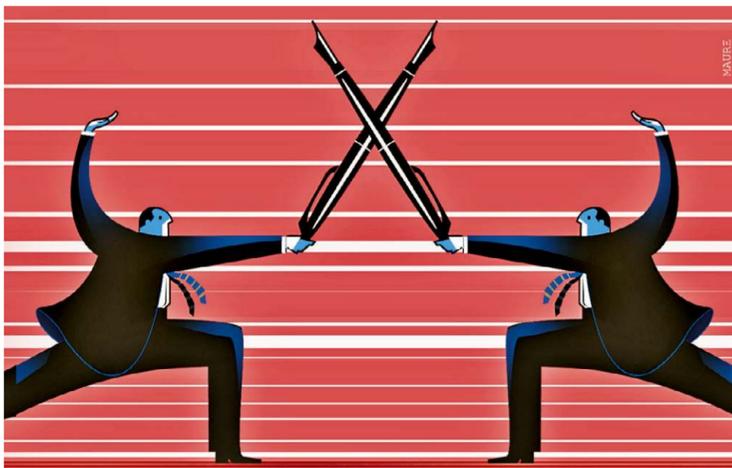
Antes de escolher os novos ministros, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva quer ter certeza de que a relação será de confiança. Não dá para fazer como em dezembro, quando os ministros foram escolhidos de afogadilho. O que se viu até agora foi um susto enorme para aprovar a reestruturação do governo.

Pacheco sob fogo cerrado

Pressionado por 23 senadores, inclusive os do seu partido, para levar o projeto do marco temporal ao Plenário por meio de regime de urgência, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), cancelou a sessão da Casa pré-feriado esperando que o Supremo Tribunal Federal (STF) resolvesse o problema. O STF, porém, adiou a solução. Não deu certo e, agora, na semana que vem, o pedido de urgência será lido. Pacheco, porém, promete resistir. Se depender da disposição dele, a proposta será debatida nas comissões técnicas da Casa.

Só tem um probleminha: o Regimento do Senado, conforme o leitor assíduo da coluna já sabe, dá respaldo ao pedido dos senadores. Dispensa o parecer de uma comissão técnica e a matéria pode ser levada diretamente ao plenário.

Em tempo: o pedido de urgência conta com a assinatura de vários integrantes do PSD. Além disso, o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, também já se colocou à favor do marco temporal. Pacheco está numa encruzilhada.



CURTIDAS

Flávio Dino na área/ Detentor de engajamento nas redes sociais, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, está no páreo, caso Lula não seja candidato à reeleição. Em entrevista ao canal *MyNews*, que vai ao ar no domingo, ele respondeu assim quando perguntado sobre o tema: "Espero que você vote em mim". Se o presidente desistir da reeleição, a esquerda vai se pulverizar em uma profusão de nomes.

Ed Alves/CB/D.A.Press



Todos por Zanin/ A turma que trabalha silenciosamente e discretamente dentro do PT começou a percorrer os gabinetes do Senado em busca de votos a favor de Cristiano Zanin (foto) para ministro do Supremo Tribunal Federal. Leia-se aí a maioria de seus ex-deputados.

O problema é a outra vaga/ Nessas conversas, tem gente querendo atrelar o voto favorável a Zanin ao compromisso de indicação para a vaga de Rosa Weber. Não vai funcionar.

Pressão geral/ O grupo Prerrogativas se encontra pulverizado em várias candidaturas. O senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), como o leitor da coluna sabe, prefere o ministro Luiz Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça. E tem toda uma torcida da bancada do PT para que Lula escolha uma mulher.

Uma pequena pausa/ Vou ali e volto a escrever na semana que vem. Bom feriado a todos.

ATAQUE À DEMOCRACIA

Com Cid, novo indício de golpe

Perícia da PF no celular do militar descobre minuta para decretação de GLO a fim de manter Bolsonaro e impedir a posse de Lula

» INGRID SOARES

A perícia realizada pela Polícia Federal (PF) no celular apreendido do tenente-coronel do Exército Mauro Cid, que foi ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, encontrou uma minuta para decretação de GLO (Garantia da Lei e da Ordem) — que permite ao presidente da República a convocação de operação militar das Forças Armadas em caso de graves situações de perturbação da ordem. Também foram descobertas tratativas para a decretação do Estado de Defesa, manobras que tentariam impedir a posse do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo a informação do jornal *O Globo*, e confirmada pelo *Correio*, a análise do aparelho extraiu trocas de mensagem, áudios e até troca de documentos sobre movimentos golpistas para manter Bolsonaro à frente do

governo, mesmo após a derrota nas urnas, no ano passado. Por enquanto, não há sinal de que os indícios de uma quartelada tenham sido enviados ao ex-presidente por aquele celular.

Silêncio

No último dia 6, durante depoimento na PF, Cid se manteve novamente em silêncio ao ser questionado sobre conversas com interlocutores do ex-presidente que tramavam um rompimento institucional para impedir que Lula assumisse. O depoimento foi autorizado pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), ao considerar que o tenente-coronel do Exército "reuniu documentos com o objetivo de obter suporte jurídico e legal para a execução de um golpe de Estado".

Os documentos descobertos estavam em mensagens trocadas

com o sargento Luís Marcos dos Reis, também preso no início de maio na operação que apura as fraudes nos cartões de vacinação, entre eles o de Bolsonaro e o da filha mais nova dele, Laura.

Esse não é o primeiro indício de que pessoas do entorno do ex-presidente tramavam, dentro do Palácio do Planalto, um golpe para impedir a posse de Lula. Em janeiro, a PF encontrou na casa do ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Anderson Torres uma minuta de decreto para a instauração do estado de defesa e destituir o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com a intenção de reverter a derrota de Bolsonaro. A medida é considerada inconstitucional.

O estado de defesa está previsto no artigo 136 da Constituição. A minuta descoberta com Torres imputa abuso de poder, suspeição e medidas ilegais ao TSE na condução do processo eleitoral.

Dida Sampaio/Estadão Conteúdo



Cid e Bolsonaro: tenente-coronel do Exército é figura central na trama para garantir continuação do ex-presidente

CASSAÇÃO

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Ex-deputado foi ao STF por considerar nula a reversão da decisão do TSE

Toffoli nega o retorno de Dallagnol à Câmara

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, negou, ontem, suspender a decisão que cassou o mandato do ex-deputado Deltan Dallagnol (Podemos-PR) e determinou que o suplente, Luiz Carlos Hauly, seja empossado. O ex-procurador da Operação Lava-Jato recorreu ao STF antes mesmo da conclusão dos recursos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A defesa do ex-parlamentar argumentou que não há "perspectiva exitosa" na Corte Eleitoral.

Toffoli apresentou duas justificativas para negar o pedido. A primeira é que não houve

"flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia" na decisão do TSE. Ele afirmou que o julgamento foi devidamente fundamentado.

"De acordo com o acórdão impugnado, não houve interpretação extensiva das cláusulas de inelegibilidade, mas constatação fática de fraude, baseada no abuso de direito do ato voluntário de exoneração do requerente, anterior à própria instauração dos processos administrativos, no intuito de frustrar a incidência do regime de inelegibilidades", salientou na decisão.

O segundo argumento é que

o acórdão do TSE ainda não foi publicado e que uma decisão do STF seria prematura. "Falece competência ao Supremo Tribunal Federal, para a análise da presente petição de suspensão dos efeitos da decisão do TSE, porquanto ainda não inaugurada a jurisdição cautelar desta Corte", observou.

A mesa diretora da Câmara dos Deputados reconheceu, na quarta-feira, a decisão da Justiça Eleitoral e referendou a cassação de Dallagnol. O ex-deputado pode voltar a acionar o STF, mas depois que o processo for encerrado no TSE. As chances

de vitória, no entanto, são consideradas nulas.

A Justiça Eleitoral usou como base para a cassação o trecho da Lei da Ficha Limpa que proíbe magistrados e membros do Ministério Público de pedirem exoneração para disputar eleições se tiverem processos administrativos pendentes. Os ministros entenderam que Dallagnol se desligou do Ministério Público Federal com quase um ano de antecedência da eleição, antevendo que os procedimentos disciplinares a que responderia poderiam colocar em risco sua futura candidatura.